

RESENHA

PESSOA, Jadir de Moraes (Org.). *Educação e ruralidades*. Goiânia: Editora da UFG, 2007.*

*Rejane C. Medeiros Silva***

A proposta da coletânea *Educação e ruralidades* é proporcionar reflexões sobre a temática da educação, em especial a rural. Para tanto, o entendimento sobre o que é educação parte do princípio de que esta é uma prática histórica e social. Nesses termos, pensar a educação é, antes de tudo, compreendê-la como prática de sujeitos que se entrelaçam no cotidiano de suas vidas por meio de experiências e vivências, produzindo saberes e aprendizados para se reproduzirem na terra. Nesse sentido, a escola só terá importância se contemplar suas necessidades e seus saberes.

Os textos da coletânea são frutos de pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, tendo o professor Jadir de Moraes Pessoa como orientador.

Na apresentação, Pessoa destaca a modernização como um traço do desenvolvimento econômico no Brasil. Uma modernização que se dá de forma conservadora, compondo o novo processo de produção. Não trouxe, porém, melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais, uma vez que o campo sempre sofreu um processo de desapropriação dos seus bens. Hoje, diante das novas reestruturações produtivas do mercado globalizado, as condições de expropriação do produtor rural são ainda mais intensas, faz parte do percurso histórico entre campo-cidade. Há na educação o elemento que cimenta e organiza essa dominação. Pessoa apresenta a idéia de que o rural não é um lócus de oposição ao urbano,

* Recebido em 12/11/2007 e aprovado em 17/03/2007.

** Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco e em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: rejmedeiros@yahoo.com.br

mas sim a afirmação do que se concebe por ruralidade: um jeito de ser em consonância com as condições materiais e simbólicas de um espaço histórico.

O primeiro texto, “Extensões do rural e educação”, de Jadir de Moraes Pessoa, propõe como reflexão a educação como complexidade histórica, pois a escola pensada pelo Estado para o campo nada tem a ver com a sua realidade. Esta é a expressão do desenvolvimento e da modernização da lógica do capital e dos seus processos produtivos, gestados na invenção da dominação industrial, que coloca sob seu jugo todas as outras expressões, elaborando como universal um indivíduo urbano. Para Pessoa, não é pertinente estabelecer uma dicotomia entre cidade e campo, considerando que, a partir de uma relação dialética, o campo fica na cidade e a cidade, no campo. O rural não é mais expressão geográfica, nem lócus da produção agrícola, mas o movimento de representação de mundo, do modo de ser, pensar e agir de grupos que são organizadores de relações sociais e produtivas em um determinado contexto histórico. O autor sugere que a educação rural se realize a partir de sua realidade como perspectiva educacional, pensada pelos seus ideais e pelas suas necessidades.

O texto “Educação nas ruralidades jataienses”, de Bruno Louzada Castro de Oliveira, apresenta a discussão sobre a educação como assunto estritamente urbano. Entretanto, há que se registrar a importância da educação para o campo a partir de 1930. Isso ocorreu por pressões da sociedade, especialmente dos movimentos sociais. Segundo Oliveira, é pertinente destacar duas tendências sobre a educação rural: uma que está relacionada ao desenvolvimento rural, ligada aos processos de modernização da produção econômica brasileira; e outra, de caráter da educação popular, que apresenta como premissa básica a educação como práticas sociais. Estas estão integradas aos contextos culturais de valorização de saberes como parte constitutiva de um cotidiano e de uma educação a partir do próprio mundo social do trabalhador do campo. Contudo, a história da educação mostra que as tendências educacionais para o rural não se configuram como uma realidade do campo, uma vez que não é de interesse das agências públicas ofertarem a educação com base na realidade da população que habita o rural.

O objeto de discussão do autor é a educação escolar como parâmetro de ruralidades. As ruralidades são frutos da nova estrutura de produção, que realizam o parecer final para a educação dos sujeitos

habitantes da zona rural. No contexto mais amplo das ruralidades, as comunidades compõem um grupo que apresenta um sentido igualitário. As escolas rurais como objeto de pesquisa permitem ao pesquisador um olhar dimensionado para o social, o cultural e o político, em um exercício de apreensão e desvelamento da realidade como contribuição para um conhecimento da educação rural. Como resultado, há escolas com a função de garantir a permanência da população rural no espaço de origem, porém não elaboram uma prática pedagógica que fortaleça o trabalho agrícola dos trabalhadores. Todavia, realizam um importante processo na dinâmica rural, como lazer e permanência do homem no campo.

O artigo “Práticas educativas no associativismo rural”, de Jussara Maria Tavares, está centrado na associação dos pequenos agricultores das localidades de Mata Velha, Água Grande e Coqueiros. Essas localidades apresentam em comum o lócus rural como ponto de encontro do conhecer-se, do avizinhar-se, num movimento de encontro. A Apamac é uma organização que nasceu com a chegada das CEBs (Comunidades Eclesiásticas de Base). O trabalho de base realizado na zona rural das referidas localidades exerce uma influência marcadamente política na história da associação. Adolescentes, crianças e jovens recebem uma educação para acompanhar os problemas e assuntos da comunidade, como também discutir as possíveis soluções. Neste sentido, a educação é parte integrante da sociabilidade do homem rural, que aprende com suas vivências e a realidade social.

Para os sujeitos da pesquisa, o reunir-se faz parte da história da comunidade, e os conhecimentos agregados o são a partir das experiências vivenciadas na associação. Projetos foram constituídos para acelerar o crescimento das comunidades, constituindo um movimento de saberes alicerçado por práticas educativas advindas da própria realidade destes. A associação tem como princípios básicos proporcionar aos associados atividades econômicas, culturais e assistenciais. Toda e qualquer decisão deverá ser tomada em assembléia. Com o olhar a partir da construção de uma organização coletiva, o mais importante são os saberes realizados pelas várias experiências, gestadas com base nas vivências de uma extensão rural e suas representações sociais.

Em “Memória de assentados rurais como trabalho de saber”, Margarete Sueli Bertti realiza pesquisa com o propósito de que a educação não se restrinja à escola. É, outrossim, um processo formativo que se empreende na trajetória social dos indivíduos em dimensões variadas.

O saber vivido na prática coletiva dos movimentos sociais é, outrora, realização de invenções humanas como capacidade de intervenção na realidade, a fim de transformá-la. A premissa desta é a visão de mundo de sujeitos históricos com dimensões e realidades diversas: família, trabalho, manifestações culturais e movimentos sociais. A educação é caracterizada como saberes constituídos nos processos de mobilizações de luta dos assentados rurais. O empreendimento se deu em três assentamentos rurais goianos na perspectiva dos sujeitos pesquisados, considerando o saber social como realização de experiências.

Como mecanismo de enfrentamento de lutas por melhores condições de vida e por definição de um lugar, a partir da visão de mundo dos trabalhadores e da busca de autonomia, é que Ivonete Maria da Silva desenvolveu o artigo “As determinações do trabalho na educação de jovens e adultos: a trajetória da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil”. A fim de buscar os nexos constitutivos que forjaram a marginalização e as conquistas dessa modalidade de educação e o conjunto de experiências pedagógicas no qual ocorreu a educação de jovens, em especial o projeto AJA, em Goiânia, no período de 1993 a 2001, a autora estuda os sujeitos que compõem esse segmento escolar, sua história social e cultural.

Na trajetória histórica da educação de jovens e adultos é possível apreender a falta de políticas públicas para a educação de jovens e adultos no país. É pertinente, no que se refere à educação de jovens e adultos, a explicitação de experiências que foram desenvolvidas sobre educação popular e alfabetização no Brasil. As experiências aqui referidas tratam da alfabetização da leitura de mundo e do chão da escola, realizada com base na realidade social, cultural e política, vivenciada por trabalhadores rurais.

No último artigo da coletânea, Jaqueline Portela de Araújo trata da educação e do mundo rural na literatura regional com o propósito de apreender, por meio da literatura, os saberes e cotidianos do homem do campo, sua produção e reprodução de bens simbólicos e culturais. E, ainda, o *habitus* educativo representado pelos agentes da literatura goiana, no transcorrer do século XX, observando como se dá as condições de existência dos grupos sociais e as realidades expressas na criação literária. São várias as obras que a autora usa para compreender essa realidade que, por meio da poética, expressa a educação e o analfabetismo como problema social do meio rural. As obras trazem como expressão um discurso que

elabora suas nuances a partir do universo rural, contemplando a riqueza que, aprioristicamente, afere o lócus simbólico do homem do campo.

A afirmação da cidade como espaço do moderno e da nova lógica de acumulação de riqueza remete-nos ao que Marx elaborou para justificar a moderna sociedade capitalista: não manter inalterado o modo de produção porque o importante é a condição de existência das classes industriais, já que o modo como se relacionava com os meios de produção e as condições das relações sociais faziam da burguesia a classe mais revolucionária da história da humanidade. O desenvolvimento acelerado dos instrumentos de produção, comunicação e transporte obriga as cidades a adotarem uma civilidade com base burguesa, elaborando um homem universal. A modernização no Brasil é a história da apropriação da burguesia em relação ao Estado benfeitor de suas ações, a fim de alimentar o processo de modernização e desenvolver estratégias para legitimação social.

A leitura desta coletânea traz para o debate questões que não podem ser negadas para a história do povo rural e da educação brasileira. Os saberes, construídos por meio das experiências de vida, dos movimentos sociais e de sujeitos coletivos e a luta pela posse da terra contribuem para educar os agentes sociais que dela participam por meio dos enfrentamentos e das disputas que a terra proporciona. Seus atores constroem um aprendizado, um saber social, e a educação, neste caso, possibilita a formação da consciência do homem do campo. Com efeito, a educação se constrói no processo de luta que é elaborado como movimento educativo. A obra também objetiva entender como os movimentos sociais operaram nesse espaço, bem como compreender que estes não são respostas a uma crise específica, mas simbolizam forças sociais e políticas com contradições que são geradas a partir das lutas contra a exploração dos grandes proprietários rurais. Pensar a educação rural implica descortinar os problemas velados nos conflitos agrários vividos por sujeitos na história da modernização brasileira.

O título da obra é pertinente quando revela a idéia de que ruralidades são modos de permanecer rural. Vale a pena conferir o conjunto de artigos reunidos na coletânea por proporcionarem reflexões críticas em torno da temática escolhida. É referência para os pesquisadores dos movimentos sociais e da educação rural no estado de Goiás e constitui instrumento de análise e interpretação da realidade goianiense, sendo uma leitura prazerosa e poética.